

Malan anuncia segunda geração de reformas

Segundo ministro, mudanças serão nas áreas fiscal, trabalhista e previdenciária

RIBAMAR OLIVEIRA

BRASÍLIA - O ministro da Fazenda, Pedro Malan, assegurou ontem que o governo brasileiro não mudará as linhas gerais de sua política econômica, por causa do agravamento da crise asiática. "Não vejo razão para mudar a orientação da política que estamos adotando", afirmou. "No lugar disso, precisamos é acelerar o passo e aprofundar as reformas estruturais."

O ministro anunciou que, este ano, o presidente Fernando Henrique Cardoso encaminhará ao Congresso uma nova rodada de mudanças constitucionais, uma espécie de segunda geração de reformas, abrangendo três tópicos: a reforma fiscal, uma reforma profunda da Previdência e a reforma trabalhista.

A grande novidade é a inclusão de uma nova rodada de reformas na legislação trabalhista, que está sendo preparada pelo ministro do Trabalho, Paulo Paiva. O ministro Malan não detalhou que mudanças serão essas a ser apresentadas nos próximos meses pelo governo. Disse apenas que serão "medidas para modernizar a legislação trabalhista".

O ministro da Fazenda informou também que a reforma fiscal a ser encaminhada ao Congresso não terá apenas alterações no sistema tributário brasileiro. As mudanças nos tributos foram apresentadas em meados do ano passado pelo secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, e prevêem a criação de um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) nacional, a ser cobrado pelo governo federal em substituição ao Imposto sobre Produtos Industrializa-



José Paulo Lacerda/AE

O ministro: "Não vejo razão para mudar a orientação da política"

PROPOSTA DE
LARA REZENDE
ESTÁ EM FASE
DE CONCLUSÃO

dos (IPI) e ao ICMS, e a criação de um Imposto sobre Vendas a Varejo (IVV), a ser cobrado pelos Estados. A proposta prevê também a extinção de uma série de contribuições, como a Cofins e a contribuição so-

bre o lucro líquido das empresas.

Mas a reforma fiscal a que se refere ontem o ministro da Fazenda terá mudanças também nas regras de distribuição de encargos entre as várias esferas do poder público, definindo com mais clareza as atribuições da União, dos Estados e dos municípios. Embora encaminhada este ano ao Congresso, Malan acha difícil que essa reforma seja aprovada antes das eleições. "Acredito que ela possa fazer parte da própria agenda de debate da eleição e a população possa

discutir as propostas e as alternativas que possam existir", disse.

Malan afirmou que o governo encaminhará ao Congresso, ainda este ano, uma nova proposta para o equacionamento dos problemas da Previdência. Esse trabalho está a cargo do assessor especial da Presidência André Lara Resende. "O trabalho do André está adiantado e proximamente será apresentado", explicou o ministro, sem entrar em detalhes sobre o conteúdo da proposta.

Neste momento de recrudescimento da crise asiática, o ministro da Fazenda acha que o mais importante é que o País continue realizando as reformas estruturais "que estão mudando a economia, reduzindo o custo Brasil e aumentando a produtividade e a competitividade" das empresas brasileiras. "O importante é que se mostre que o Brasil quer e vai resolver os seus problemas", finalizou.